



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBTI+**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

CONSELHO LGBT

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 10

PAUTAS: 1) Propostas Municipais da Conferência Municipal LGBTQIA+; **2)** Informativo mensal dos Grupos de Trabalho;

Participantes do Governo: Kylie Pessoa (Presidenta do Conselho Municipal LGBT- Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) (Rebeca Rodrigues - Assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Márcia Valéria Pereira (Suplente – Secretaria Municipal de Saúde), Karine Evelyn Alves Carvalho (Titular – Secretaria Municipal de Educação), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular – Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento), Nilda Keiko Toyomoto Ito (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

Participantes da Sociedade Civil: Maciel Silva Nascimento (Vice-Presidente do Conselho Municipal LGBT+ - SINDSEP/SP), Ideraldo Luiz Beltrame (Titular – Segmento de Homens Gays), Kel Fernando Azevedo Simões (Titular – Segmento de Homens Trans), Camilo Ferreira Nunes (Suplente – Segmento de Homens Trans), Reyna Destro Nogueira (Titular - Segmento das Mulheres Transexuais), Diego Alves Carvalho (Titular – ArtGay), Marcela Bosa (Titular - Segmento de Travestis), Andreza do Nascimento Almeida (Titular - Segmento de Mulheres Bissexuais), Cíntia Abreu (Titular - Segmento de Mulheres Lésbicas).

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ foi realizada em formato híbrido no dia 9 de agosto de 2025, às 10h10, com participação presencial no endereço: Rua Líbero Badaró, nº 119 – Centro.

A sessão foi presidida por Kylie Pessoa, presidenta do referido conselho e assessora da Coordenação de Políticas para LGBT+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo, que iniciou os trabalhos saudando todas as pessoas presentes.

Na abertura, a Presidenta prestou uma homenagem à Hadassa Machado, ex-integrante da delegação da Conferência Estadual da Diversidade, que ocorreu nos dias 01, 02 e 03/08/2025, manifestando as condolências, em nome deste conselho, à memória de uma pessoa de grande potência e representatividade para toda a comunidade LGBTQIAPN+. Hadassa foi representante da OAB da cidade de Guarujá, e seu legado permanece em memória.

Em continuidade às pautas do dia, foram registradas felicitações ao conselheiro Diego, aniversariante da data.

Com a palavra, Maciel apresentou as pontuações referentes à Conferência Estadual da Diversidade, agradecendo e parabenizando os esforços conjuntos de todas as pessoas envolvidas, tanto do poder público quanto da sociedade civil, pelas contribuições em todo o processo, desde a etapa de preparação da Conferência Municipal LGBTQIA+, que ocorreu 23, 24 e 25/05/2025. Reforçou o compromisso deste conselho em garantir os direitos de toda a comunidade LGBT.

Na sequência, foram compartilhadas as propostas oriundas da Conferência Municipal, com o objetivo de promover debate e acolher contribuições do grupo:

Propostas referentes ao Eixo 1:

1. Criar um canal integrado, no âmbito municipal, especializado para denúncia e acolhimento de casos de violência e discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+, utilizando diferentes meios de comunicação como telefone, WhatsApp e e-mail, sob a coordenação dos órgãos de direitos humanos, com o objetivo de estruturar uma base de dados contendo informações sobre as demandas.
2. Garantir orçamento para a criação e expansão de Centros Especializados em Direitos Humanos para a população LGBTQIAPN+, conforme mapeamento territorial.
3. Formular cursos profissionalizantes voltados à população LGBTQIAPN+ e, após a conclusão, realizar parcerias público-privadas (PPP) para a inserção de pessoas formadas no mercado de trabalho.
4. Realizar o mapeamento territorial e demográfico da população LGBTQIAPN+ de São Paulo, a fim de aprimorar os equipamentos públicos destinados a essa população.

No que tange à criação de um canal específico para denúncias dessa população, foi pontuado que a ideia já havia sido pautada anteriormente. Contudo, a resposta do Estado indicou que o atendimento via canal 156 já contemplaria tal demanda. Apesar disso, reafirmou-se a necessidade de um canal direto que aborde as especificidades

da comunidade LGBTQIAPN+, com suporte de qualidade e eficiência, inclusive para situações emergenciais.

Kylie menciona, que o Ministério Público passou a aplicar medidas socioeducativas em casos de crimes de ódio, como o pagamento de kits de higiene e material escolar. Todo o material adquirido por meio dessas ações será destinado ao fortalecimento socioeducacional da comunidade, nos Centros de Referência LGBTI+ do município. Em casos mais graves, poderá haver a exigência de trabalho voluntário nos equipamentos públicos.

A conselheira Andreza destacou as dificuldades enfrentadas por muitos usuários na apresentação de documentos de identificação, o que evidencia altos graus de vulnerabilidade e impede o acesso aos serviços ofertados pelo canal 156. Simultaneamente, questionou-se a produção e a qualidade dos dados gerados por esse canal com relação à população LGBTI+.

Dada a quantidade de participantes na reunião, visando à qualidade e ao direito de fala, foi acordado o tempo de 1 minuto para as contribuições de cada participante.

Foi ressaltada a importância de conceder autonomia às Secretarias e aos sindicatos, possibilitando o encaminhamento e o acesso a programas e serviços de enfrentamento à violência. Reiterou-se a necessidade da manutenção de canais de denúncia tanto em âmbito municipal, quanto nacional, para assegurar maior celeridade no atendimento de casos urgentes, evitando que vítimas permaneçam em situações de risco. Tais canais também devem mapear questões como desemprego, insegurança alimentar e ausência de moradia.

Kylie destacou a relevância do planejamento de um canal exclusivo para casos de LGBTfobia, que não sobrecarregue os canais gerais de atendimento. Esse canal deverá ser institucional e emocionalmente acolhedor, promovendo um fluxo eficiente e responsável no combate aos crimes de ódio, integrando as ações no estado de São Paulo.

Em relação à segunda proposta, ressaltou-se o trabalho essencial desenvolvido pelos Centros de Referência LGBTI+, vinculados à Coordenação LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Destacou-se a necessidade de garantir orçamento para ampliar e expandir a rede, atingindo um número maior de pessoas e considerando o mapeamento territorial.

Ressaltou-se o papel do Conselho Municipal, que realizará visitas técnicas aos Centros de Referência existentes na cidade, com o objetivo de apoiar a melhoria dos serviços prestados. Esta ação está sob responsabilidade do Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, encarregado de retornar e encaminhar as demandas da pasta.

Kylie acrescentou um ponto relevante sobre o esquecimento das pautas da comunidade LGBTQIAPN+, pontuando o aumento da vulnerabilidade dessa população. Propôs a criação de uma Secretaria Executiva LGBT+ com status de Secretaria, aporte financeiro adequado, autonomia e capacidade de gerir suas próprias demandas.

Sobre a formulação de cursos profissionalizantes, discutiu-se a continuidade das ações e a criação de oportunidades de emprego e geração de renda para as pessoas formadas. O trabalho já está em andamento nos Centros de Referência LGBTI+, por meio dos articuladores de rede, responsáveis por parcerias e encaminhamentos. O Centro Paula Souza foi citado como parceiro, oferecendo diversos cursos profissionalizantes em áreas variadas, com foco na inserção da população LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho.

Considerando a atual escassez de mão de obra no comércio do centro de São Paulo, pensou-se em dialogar com lojistas para a criação de vagas afirmativas destinadas a beneficiários(as/es). Destacou-se a necessidade da criação de uma legislação específica que assegure a empregabilidade da população LGBTQIAPN+, nos moldes da legislação vigente para pessoas com deficiência (PCD).

Jhonatas, informou que estão sendo realizadas assembleias com beneficiários(as/es), com o intuito de construir, de forma participativa, cursos e oficinas alinhadas aos interesses profissionais dos usuários (as/es).

Foi anunciado o início da “Oficina Profissionalizante do Curso de Barbeiro”, destinado a homens trans e pessoas transmasculinas, com previsão de início para setembro, via emenda parlamentar. O curso oferecerá certificação, kits de trabalho e possibilidade de atuação profissional.

Diante do cenário em que empresas têm encerrado seus setores de diversidade, apontou-se o empreendedorismo como alternativa para combater o desemprego na comunidade LGBTQIAPN+.

Propostas referentes ao Eixo 2:

1. Aplicar cotas para pessoas trans na distribuição dos Termos de Permissão Urbana (TPU), promovendo a criação de postos de trabalho.
2. Criar programa específico para a população LGBTQIAPN+, inspirado no programa Transcidadania, estendendo o prazo de permanência até o final da formação, com ampliação para o ensino superior e inclusão de cursos de português para pessoas imigrantes.
3. Estabelecer espaços de fomento à economia criativa LGBTQIAPN+, incluindo: 1) disponibilização de espaço de comercialização; 2) cotas de participação; 3)

isenção ou redução de taxas e impostos; 4) parcerias e capacitação; 5) valorização da produção local.

4. Criar diretrizes para a formulação e monitoramento de políticas públicas, capacitação, execução e fiscalização dos agentes públicos e privados.

As discussões sobre os eixos foram momentaneamente interrompidas para tratar da necessidade de elaboração dos Anais da Conferência. A conselheira Rebeca solicitou a colaboração dos conselheiros para o fechamento do relatório até a próxima quarta-feira.

Jhonatas informou que está em construção, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), a inclusão de beneficiários do Programa Transcidadania no Programa Mãos e Mentes Paulistanas, com o objetivo de fomentar o acesso ao mercado para empreendedores artesanais e manualistas.

Essas questões serão tratadas pelo Grupo de Trabalho de Relações Institucionais.

O conselheiro Kel Fernandes provocou o grupo sobre a importância de ampliar o acesso da população LGBTQIAPN+ à rede empreendedora da cidade, visando à troca de experiências e à construção de parcerias.

Foi proposto aos conselheiros o estudo prévio das propostas e do material orientador da Conferência Estadual LGBTQIAPN+, com vistas à contribuição coletiva.

A presidenta conectou a fala de Kel ao exemplo da Expo Favela, sugerindo a organização de uma Expo-LGBT+, com articulação entre empreendedores individuais, coletivos e empresas, além do envolvimento do mercado financeiro, sindicatos e parceiros estratégicos, para garantir recursos próprios.

Discutiu-se também a necessidade de transformar pautas da comunidade travesti e transexual em leis, como cotas em universidades e ampliação da permanência no Programa Transcidadania, atualmente dependente de decisões do Poder Público, o que pode gerar retrocessos. É essencial zelar pela continuidade da agenda LGBTQIAPN+ na cidade.

Propostas referentes ao Eixo 3:

1. Ampliar o Programa Transcidadania para incluir acesso ao ensino superior e profissionalizante por meio de convênios com universidades públicas e ETECs.
2. Elaborar e implementar protocolos e guias de conduta para atendimento à população LGBTQIAPN+, considerando suas subjetividades, voltados a serviços públicos como saúde, educação e assistência social.

3. Assegurar a inclusão do nome social em listas de presença e documentos escolares, sem exigência de autorização familiar, além de respeitar o uso de banheiros conforme identidade de gênero.
4. Criar serviço especializado para infâncias, adolescências e juventudes LGBTQIAPN+, promovendo a livre expressão de orientação e identidade de gênero, bem como retomar o Programa Reviravida no combate à exploração sexual.

Propostas referentes ao Eixo 4:

1. Ampliar e criar equipamentos de acolhimento para pessoas em situação de risco social, com foco na população trans e travesti.
2. Criar editais específicos para produtores culturais LGBTQIAPN+, nos moldes do Programa VAI.
3. Promover os direitos de crianças e adolescentes em relação às expressões de gênero e sexualidade, com base em legislações vigentes.
4. Criar cadernos didáticos voltados à orientação de gestores, docentes e prestadores de serviço nas escolas, promovendo letramento LGBTQIAPN+ e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Tais tópicos serão retomados na próxima reunião ordinária, com a possível presença de convidados com expertise nos temas.

Informou-se que as reuniões do Grupo de Trabalho de Relações Institucionais retornarão ao formato quinzenal no mês de outubro, para que as propostas municipais encaminhadas pela Conferência Municipal LGBTQIA+, sejam discutidas no grupo de trabalho e apresentadas no pleno das reuniões ordinárias do Conselho Municipal LGBT, que acontece mensalmente.

O formulário enviado via e-mail institucional para contribuições dos conselheiros não teve retorno. A participação é fundamental para a elaboração final dos Anais da Conferência Municipal LGBTQIA+. Ainda não houve definição sobre o uso de imagens de arquivo pessoal para a composição visual do documento. Ressaltou-se que a qualidade das imagens impressas não representou adequadamente a diversidade cultural e a representatividade da última Conferência Municipal LGBTQIAPN+. As propostas das conferências anteriores também deverão ser incluídas para controle de resultados e resgate histórico.

Essas questões devem ser definidas até quarta-feira, dia 13, e serão apresentadas por Kylie e Rebeca, com participação aberta aos conselheiros interessados.

Informou-se que a delegação de São Paulo contará com 166 delegados para a etapa da Conferência Nacional LGBTQIA+, a ser realizada em outubro, na cidade de Brasília.

Decidiu-se, por meio da subcomissão de homologação e credenciamento, redistribuir as 70 vagas inicialmente destinadas ao poder público, reservando-as para a sociedade civil. Estabeleceu-se que 10% das vagas sejam para o litoral, 45% para o interior e 45% para a região metropolitana de São Paulo. A Conferência Nacional cobrirá as despesas de 83 delegados da sociedade civil. Os demais 83 delegados suplentes deverão custear suas despesas por meio de declaração.

Por fim, foi anunciada a primeira ação do conselho: uma visita ao Centro de Referência Claudia Wonder, marcada para sexta-feira, dia 15. O relatório da visita será apresentado na próxima plenária.

A reunião foi encerrada às 12h, com agradecimentos de Kylie Pessoa a todas as pessoas presentes, pelas contribuições e pelo comprometimento com a defesa dos direitos da população LGBTI+.

A ata será enviada aos participantes para apreciação e, após leitura e aprovação, será publicada.